



Moção “Parceria para a Sustentabilidade”

Enquadramento

Múltiplas são as preocupações e os desafios que se colocam ao nosso País, regiões, cidades e até em casa. Das causas sociais, juntemos as ambientais e as económicas. Gerir cada uma delas de forma estanque, torna-se ineficiente, com dificuldades acrescidas para a melhoria de qualidade de vida que ambicionamos.

Em 1998 era publicado o relatório «Cuidar o Futuro», da então Comissão Independente sobre a População e a Qualidade de Vida, presidida por Maria de Lurdes Pintassilgo, que associava “os problemas da população” com as consequências da crise ambiental e de não se acautelar um desenvolvimento sustentável.

Vinte anos depois, os resultados do Relatório Global de Riscos de 2018 evidenciam como o mesmo se mantém atual e visionário: entre 30 riscos globais para a economia mundial, os cinco riscos ambientais estão nos primeiros lugares, com maior probabilidade e impacto, no qual os eventos climáticos extremos foram vistos como o risco individual mais proeminente. O desafio maior deriva, num contexto de complexidade de sistemas, das interligações entre tendências e riscos. E, fazendo isso, facilmente compreendemos como tendências de natureza ambiental têm efeitos determinantes em riscos de outra natureza, sociais e económicos.

De facto, as alterações climáticas são indissociáveis de riscos como a falha de políticas de mitigação / adaptação, perda de biodiversidade ou eventos extremos, mas também com as crises alimentares, de água ou de aprofundamento de desigualdades.

Vejam-se os impactes das mudanças climáticas que se projetam como mais significativos para as mulheres, com mais mortes durante eventos climáticos extremos e um aumento da carga de trabalho para cuidadores/as. Por outro lado, devido ao seu rendimento médio mais baixo, as mulheres estão em maior risco de pobreza energética do que os homens, e com menos opções para investir em opções de baixo carbono, tais como a eficiência energética e as energias renováveis.

De acordo com os cenários e projeções realizados, Portugal estará particularmente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas. O primeiro-



ministro, António Costa, assumiu, por isso, a meta para o nosso País se tornar neutro em emissões de gases com efeito de estufa (GEE) até 2050.

O cumprimento dessa meta deve resultar de um trabalho multidisciplinar e de territorialização, que aprofunde a busca de soluções que reduzam as necessidades energéticas, hídricas e materiais.

Em Portugal, perto de um milhão de adultos sofre de obesidade, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como a epidemia global do século XXI. Estes números estão, entre outras causas, ligados a hábitos de vida mais sedentários e à transformação dos hábitos alimentares.

A preferência por andar a pé ou de bicicleta nas deslocações do dia-a-dia pode ser um aliado importante, especialmente quando não há tempo de lazer para uma ida ao ginásio. O contacto com a natureza traz também benefícios ao nível do bem-estar, desempenhando os espaços verdes um importante papel local na regulação do clima, na melhoria da qualidade do ar e como zonas de infiltração da água, evitando cheias. Esta interrelação estreita evidencia a necessidade de mudança dos padrões de consumo e de mobilidade em nome da nossa saúde.

Várias regiões começaram a fazer esse caminho, nomeadamente com o apoio do Fundo Ambiental, criado e operacionalizado por este Governo. Veja-se a atual aposta na mobilidade elétrica, com incentivos à aquisição de veículos elétricos e o lançamento do programa de renovação das frotas dos transportes públicos urbanos.

A educação para a sustentabilidade, nas suas componentes de cidadania e educação ambiental, tem vindo também a ser reforçada e assim deverá continuar, como suporte do envolvimento das gerações mais novas mas também de atores locais e em rede, atendendo à proximidade à população e o leque de novas competências decorrentes do processo de descentralização para a mudança necessária. As autarquias locais e agentes da economia social são, por isso, agentes estratégicos.

Nesta perspetiva, o PS deve liderar a transição de uma sociedade que consome produtos para uma sociedade que utiliza / partilha bens e serviços. Por exemplo, segundo a Comissão Europeia, um veículo em regime de utilização partilhada pode evitar que entrem na cidade 15 a 20 automóveis particulares.

No seguimento do Plano de Acção para a Economia Circular (PAEC) 2017 — 2020, já foram publicados vários avisos no âmbito do Fundo Ambiental, para apoio a



iniciativas em torno da Economia Circular, com especificidades distintas para municípios, juntas de freguesia e sociedade civil.

As pessoas podem e devem aceder a serviços e bens mas não precisam de ser donas exclusivas dos mesmos. A cadeia de valor respeitante à produção e consumo terá de ser reequacionada para uma verdadeira transição para a economia circular. Nesta aposta do fecho do ciclo dos materiais, o ecodesign, a reparação, reutilização, renovação, remanufatura, partilha e colaboração são crescentemente valorizados, o que permitirá criar emprego cada vez mais qualificado.

A economia circular, preconizada no Programa do XXI Governo Constitucional, é uma componente da mudança necessária do atual paradigma económico (linear). Para além dos reconhecidos ganhos ambientais inerentes, esta perspetiva traduz-se numa melhoria de eficiência e consequente fortalecimento de organizações em parceria.

A transição para a economia circular requer ações a vários níveis e em diversas áreas de política, com o estabelecimento de novas parcerias com a sociedade civil, as organizações e centros de investigação e conhecimento, onde as gerações mais jovens têm de ser envolvidas.

Propostas

Com a maior vitória de sempre de um partido nas eleições autárquicas em 2017, o PS honrou o legado de Mário Soares na luta pela democracia com uma responsabilidade acrescida no contributo para a melhoria da qualidade de vida da população. Este é, contudo, um compromisso que abrange não só o Governo e autarquias, mas toda a sociedade civil, por nós e pelas próximas gerações, onde as soluções mais eficientes variam de região para região. Temos de lutar por melhor emprego neste caminho para a neutralidade carbónica.

Defendemos que as alterações climáticas estejam no centro de uma estratégia de sustentabilidade do País e das suas regiões, que reduza desigualdades, que melhore a qualidade do espaço coletivo, urbano ou rural, promova a coesão territorial e promova os necessários equilíbrios no espaço geográfico nacional e local.

Na dinâmica necessária de abertura e renovação do PS, pretendemos aprofundar o trabalho em rede no seio das nossas estruturas partidárias e com a sociedade civil; promover uma cultura de diálogo e colaboração interinstitucional; partilhar



sucessos de boas práticas e apontar caminhos para ultrapassar as dificuldades, com sinergias em torno destes desígnios, propondo, nomeadamente:

- a elaboração e disseminação de um guia de apoio a autarcas socialistas sobre as questões prementes das alterações climáticas, com exemplos concretos de aplicação de boas práticas locais e regionais;
- a promoção de sessões
- a realização de uma Universidade de Verão que permita uma abordagem integrada em torno dos quatro desafios da Geração 2030, em articulação com o Departamento das Mulheres Socialistas, a Juventude Socialista, Secções temáticas e setoriais.

Conclusão

Ainda podemos moldar um amanhã mais resiliente, mas precisamos de agir. Torna-se imperioso, por isso, o fortalecimento de uma cultura de diálogo, que desenvolva mecanismos mais ambiciosos e que, ultrapassando uma mera visão sectorial, reforce a integração dos desafios prementes nos territórios e suas gentes.

Os conhecimentos científicos e tecnológicos têm de ser aplicados ao serviço de uma melhor qualidade de vida. Acima de tudo, o desafio é encontrar a determinação e a força para participarmos juntas e juntos para uma economia mais circular com valor partilhado acrescido.

Pela Sustentabilidade como bandeira do Partido Socialista, hoje e sempre.

Lisboa, 7 de maio 2018

Cátia Rosas, Militante n.º 114082

Luís Calaim, Militante n.º 151764

Susana Amador, Militante n.º 29333

Filipe Beja, Militante n.º 149707